

A Psicologia Social Comunitária Chilena

Problematizar as historiografias vigentes para reinterpretar a crise atual

Adriana Kaulino
Universidad Diego Portales
adriana.kaulino@udp.cl

Ana Vergara
Universidad Diego Portales
ana.vergara@udp.cl

[...] si la democracia no asume las demandas de comunidad, exacerbadas por el proceso de modernización, veremos intensificarse movimientos populistas o fundamentalistas. En tanto sustitutos de comunidad, el fundamentalismo y el populismo sólo desaparecerán en la medida en que desarrollemos nuevas formas de integración social e identidad colectiva. En ello radica, creo yo, la actualidad de la crítica socialista.

Norbert Lechner (1992)

Atualmente, existe em Chile um diagnóstico compartilhado por profissionais e acadêmicos, que considera a Psicologia Social Comunitária (PSC) como uma subdisciplina em crise (Krause & Jaramillo, 1998; Alfaro, 2007; Asún & Unger, 2007; Piper, 2007; Alfaro & Zambrano, 2009; Berroeta, 2014; Wiesenfeld, 2014). Este capítulo apresenta os relatos historiográficos sobre a origem e o desenvolvimento da PSC no Chile que sustentam os diagnósticos de crise da disciplina. Uma vez expostas as versões predominantes da história e da crise atual da PSC, se problematizam aspectos metodológicos das historiografias existentes. Em contraste com estes relatos historiográficos, aqui se propõe uma hipótese de interpretação alternativa das origens e da crise atual da PSC chilena. Nossa hipótese considera: a) a origem da PSC como um fenômeno situado em meados da década de 1980 e; b) a crise atual como um momento histórico particular que desafia a crítica em geral, tanto nas teorias como nas práticas das ciências sociais. O capítulo conclui sugerindo que a crise da PSC chilena corresponde, em última instância, a um desafio que vai mais além dos seus limites disciplinares. Não se trataria, portanto, de uma traição aos seus princípios fundadores, mas sim do desafio mais generalizado de como exercer a crítica hoje.

O diagnóstico de crise: As dificuldades ético-normativas da atual PSC chilena

Os principais elementos que denotam a existência de uma crise da PSC chilena seriam sua paulatina perda de autonomia e a crescente dependência de suas práticas da burocracia e dos requerimentos técnicos impostos pelo Estado. Simultaneamente, se observaria uma intensificação da diferenciação interna, tanto conceitual quanto metodológica, do campo sub-disciplinário. Outro indicio da crise é o lugar subalterno da PSC na formação universitária chilena (Olivares, Reyes, Berroeta & Winkler, 2016).

Em consequência, todos os fenômenos anteriores são expressivos de uma crise, na medida em que representariam um distanciamento forçado da PSC chilena das tradições mais progressistas da disciplina (Berroeta, 2014; Wiesenfeld, 2014). Tratar-se-ia, portanto, de uma crise dos seus valores, princípios e orientações normativas e políticas, provocada pelas exigências burocráticas e técnicas dos programas sociais que promovem intervenções cada vez mais individualizantes, assistenciais e dependentes da regulamentação do Estado (Krause & Jaramillo, 1998; Alfaro, 2007; Asún & Unger, 2007; Piper, 2007; Alfaro & Zambrano, 2009).

Agora bem, nos diagnósticos da crise, tal distanciamento da PSC chilena das tradições progressistas da disciplina é contrastado com o ocorrido em períodos anteriores. Nestes períodos, a PSC chilena haveria experimentado momentos de expansão e reconhecimento dos seus conceitos, metodologias e, principalmente, dos seus princípios ético-políticos. Finalmente, tal momento histórico de expansão e institucionalização, situado na década de 1990, faria parte de um processo histórico mais longo que, segundo as narrativas historiográficas existentes, se iniciou no final dos anos 60.

Desta forma, os diagnósticos de crise atual se referem, de modos mais ou menos explícitos, a um relato histórico no qual as origens da PSC chilena se remontam aos anos 60 e inícios dos 70, logo passa por um momento de estagnação durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, para retomar seu rumo no final da década de 1980, junto com a volta da democracia. Finalmente, será durante a

década de 1990 que a PSC chilena alcançará reconhecimento e expansão institucional como uma subdisciplina que será incluída na formação de psicólogo/as e, posteriormente, nas especializações de pós-graduação. A crise ocorrerá no final dos anos 90 e inícios de 2000, com a já mencionada perda de autonomia da PSC e sua crescente dependência das exigências e orientações técnico-instrumentais impostas pelas políticas públicas e programas sociais delas derivados.

As condições da crise seriam, curiosamente, as mesmas que permitiram o reconhecimento e expansão da PSC: as novas lógicas das políticas públicas impulsadas pelos governos democráticos posteriores a 1990. Foram o desenho e a implementação das novas políticas públicas, o que permitiu a inserção de psicólogo/as nos diferentes níveis de um crescente número de programas sociais surgidos a partir dos anos 90. Porém, os particulares enfoques assumidos pelas políticas públicas orientadas à superação da pobreza, à integração social e à saúde mental, serão também responsáveis, em parte, pela desvirtuação dos ideais e princípios da PSC chilena. A partir de estratégias de focalização dos programas sociais e da introdução paulatina de noções como habilitação, empoderamento, déficit e risco, as intervenções sociais terão como objeto os indivíduos mais que as comunidades.

Esta crescente e firme tendência à individualização das intervenções sociais assume certas características. Por exemplo, a integração social é entendida, gradualmente, como diferentes níveis de adaptação dos indivíduos aos sistemas existentes. A crise atual da PSC corresponderia, em consequência, aos resultados deste processo, que força às intervenções a renunciar aos ideais e princípios normativos que deveriam orientar suas práticas. Ou seja, uma prática de intervenção cujo destinatário deveria ser as comunidades –e não os indivíduos –e que, através da participação de seus integrantes, deveria buscar a transformação social e a emancipação da própria comunidade.

Como se pode observar, a crise se refere a uma PSC que tem por objeto de intervenção as comunidades, que se orienta pelos princípios normativos de emancipação, justiça e transformação social, e cujos métodos utilizados para o alcance destes objetivos requerem, necessariamente, da participação dos próprios

integrantes das comunidades. Todas estas características são próprias da tradição da PSC latino-americana (Montero, 2011), dentro da qual se situaria a PSC chilena.

A inclusão da PSC chilena nesta tradição crítica é justificada pela sua continuidade histórica com suas próprias origens, e não pela adoção, tardia e deliberada, dos princípios teóricos, metodológicos y ético-políticos da PSC latino-americana. Deste modo, é a história quem certifica estes princípios normativos como os originários da PSC chilena, respaldando os argumentos dos que lamentam o atual abandono ou flexibilização dos valores ético-políticos próprios da PSC chilena. Em suma, é a trajetória histórica da PSC chilena que, ao dar-lhe uma identidade determinada, permite inclui-la na tradição latino-americana da PSC. Este é um caso emblemático de como a historiografia –reconstrução de um passado- contribui à construção de uma identidade disciplinaria no presente.

Não obstante, se sabe que as reconstruções históricas não podem eludir o caráter interpretativo das suas narrativas. Neste sentido, todo relato histórico é uma interpretação de algo ocorrido no passado. Entretanto, as interpretações estão limitadas por vários fatores, entre eles, a exigência de que as reconstruções históricas guardem uma relação de verossimilitude com a realidade do passado. Neste sentido, a confiabilidade dos relatos históricos dependerá, inexoravelmente, da qualidade do trabalho do/a historiador/a com as fontes de informação, em particular, as fontes primárias.

Com relação à historiografia da PSC chilena, um aspecto problemático é, precisamente, a escassa ou nula referencia e utilização de fontes primárias e, portanto, a limitação das análises historiográficas que deveriam fundamentar suas interpretações do passado da PSC no Chile.

As interpretações historiográficas predominantes sobre as origens e vicissitudes da PSC chilena

As primeiras produções historiográficas sobre a PSC chilena apareceram durante o período de institucionalização e reconhecimento da PSC como uma sub-

disciplina ou área de especialização profissional no Chile. Esta institucionalização ocorre durante os anos 90, através da incorporação da PSC aos cursos de graduação de algumas universidades e também pelo aparecimento de programas de pos-graduação. Determinante neste processo foi a inclusão de psicólogo/as nas equipes dos programas sociais focalizados e orientados à superação da pobreza, à integração social e à saúde mental. Apesar de que os relatos historiográficos sobre a PSC chilena se publicam na primeira metade dos anos 90 (Asún, Aceituno, Alfaro, Morales y Krause, 1993; Alfaro, 1993), quase 25 anos depois a literatura sobre as origens e desenvolvimento da PSC local ainda não é extensa. Os trabalhos mais significativos escritos nestes últimos anos são uma tese de licenciatura (Asún, 2005) e um capítulo de livro (Krause, Jaramillo, Monreal, Carvacho & Torres, 2011). Em todo caso, estas últimas publicações adotaram a mesma interpretação proposta pelos autores que escreveram as versões da história da PSC chilena nos anos 90.

Um aspecto interessante de observar nesta primeira produção historiográfica sobre a PSC chilena, é que seus autores não possuíam formação em história e tampouco eram historiadores/as da psicologia ou de outras ciências humanas e sociais. Não obstante, havia um interesse comum em todos eles: estabelecer uma Psicologia Social Comunitária no Chile que, nos anos 90, estava iniciando seu processo de institucionalização e reconhecimento social. Portanto, a PSC chilena emergente nos anos 90 encontrou, nos próprios psicólogos autodenominados comunitários, seus primeiros historiadores. E foram os trabalhos destes psicólogos comunitários os que conferiram à PSC chilena uma origem e uma trajetória, construindo assim uma linha de continuidade entre o momento de institucionalização nos anos 1990 e uma origem situada no final dos anos 60.

Nos trabalhos publicados entre 1990 e 2011, a PSC propriamente chilena não teria surgido dentro do campo da psicologia ou da psicologia social, mas sim a partir dos primeiros desenvolvimentos da psiquiatria social. A história da psicologia social chilena, que teve sua principal expressão acadêmica na Universidade de Chile, antes de 1962 tinha uma orientação predominantemente profissionalizante

com um enfoque clínico e aplicado. Ou seja, antes de 1962 eram inexpressivas a investigação e a teorização em psicologia social no Chile. Inclusive, a própria cátedra de psicologia social era eletiva na formação em psicologia da Universidade de Chile. Foi só a partir de um projeto liderado pelo professor Carlos Descouvières que, em 1968, se institucionaliza um programa específico de formação em psicologia social (Salas, 2013).

Na Universidade Católica de Chile (UC) ocorreu um processo semelhante de institucionalização da psicologia social. Uma vez mais, foi o professor Carlos Descouvières quem introduziu a psicologia social na UC através de um ciclo de palestras sobre esta subdisciplina. Destas palestras participaram professores da UC e, em 1970, se inaugurou o Departamento de Psicologia Social cujo primeiro diretor foi o professor Julio Villegas (1944 – 2016). Este departamento funcionou até 1976, fundindo-se se depois com o Departamento de Psicologia Básica (Salas, 2013). E, assim como ocorreu na Universidade de Chile, a psicologia social cultivada na UC estava orientada à produção de investigação e métodos de intervenção cujos objetivos eram contribuir à solução dos problemas do país.

Desta forma, compartilhando os debates e tendências das ciências sociais da época, tanto no continente latino-americano como nos Estados Unidos, a emergente psicologia social chilena buscava vincular-se com os problemas do país. Era uma psicologia social que procurava aplicar as teorias e enfoques metodológicos da disciplina a certos problemas particulares do país. Neste sentido, fenômenos a que se dedicavam as pesquisas e intervenções profissionais, se relacionavam com as dinâmicas de grupos, as atitudes e os fenômenos de interação social concebidos, teoricamente, a partir dos marcos conceituais da psicologia social experimental norteamericana.

Finalmente, os últimos anos da década de 60 e os primeiros da década de 70, foram testemunhas de uma rápida expansão do campo da psicologia social, tanto no Chile como em outros países da América Latina. A criação da Associação Latino-americana de Psicologia Social (ALAPSO) em 1973, deixa em evidencia este processo de ampliação do campo no continente.

É desnecessário dizer que a expansão de uma psicologia social comprometida com os temas e problemas do país, se viu drasticamente afetada com o golpe militar de 1973. Assim, tanto na Universidade de Chile como na UC, o desenvolvimento da psicologia social foi interrompido ou redirecionado durante o período da ditadura militar, debilitando-se, de um modo extremo, sua orientação de sócio-política.

Em todo caso, para as versões historiográficas predominantes, a verdadeira origem da PSC chilena não se encontra na psicologia social existente antes do golpe militar. Os fundamentos teóricos, metodológicos y ético-políticos da PSC chilena derivariam de outro campo disciplinar: a psiquiatria social e comunitária da segunda metade dos anos 60.

Desta forma, os autores que estabelecem nos anos 60 o início da PSC chilena, identificam sua origem na criação e implementação de dois programas de saúde mental: o *Programa de Salud Mental Poblacional* e o *Programa de Psiquiatria Intracomunitaria*. O primeiro foi liderado pelo psiquiatra Luis Weinstein (1931) e o segundo pelo também psiquiatra Juan Marconi (Valparaiso, 1924 – Villarrica, 2005). Como se pode notar, ambos programas estavam orientados ao tratamento e prevenção de problemas de saúde mental e foram concebidos e dirigidos por médicos psiquiatras. Em outras palavras, são programas de saúde que se desenvolveram em um contexto sócio-político receptivo às propostas de uma emergente psiquiatria social. Cabe notar que as preocupações com a saúde coletiva estavam na agenda política e social do Chile dos anos 60, e também recordar que em 1970 ganhou as eleições Salvador Allende. Como se sabe, Allende foi um médico dedicado, desde o início da sua carreira, à medicina social e publicou vários trabalhos sobre saúde pública, assumindo, já em 1940, o *Ministerio de Salubridad, Previsión y Asistencia Social* no governo de Pedro Aguirre Cerda.

Uma das inovações dos dois programas de psiquiatria social dos anos 60 consistiu em incorporar a participação das comunidades nos processos de intervenção em problemas de saúde mental. Em particular, os membros das comunidades eram incluídos como atores naquelas ações orientadas à prevenção

e ao tratamento do alcoolismo e suas consequências negativas para as famílias e as próprias comunidades como um todo.

Ambos programas foram, sem dúvida, as primeiras expressões de uma incipiente psiquiatria social ou comunitária chilena. Nos dois casos, respondiam a problemas urgentes de saúde que não encontravam, na atenção formal, atendimento às demandas existentes. Apesar das diferenças conceituais e metodológicas entre os dois programas, a emergente psiquiatria social chilena defendia e aplicava princípios ético-políticos de uma centro-esquerda comprometida com a transformação das condições sociais. Nos dois casos, os integrantes das próprias comunidades eram incorporados nos processos de cura e prevenção das doenças mentais. E, para que isto ocorresse, era imprescindível o diálogo da medicina com outras disciplinas. Deste modo, com ênfases distintas, ambos programas incluíam nas suas propostas teóricas e metodológicas, noções, teorias e métodos de trabalhos oriundos da antropologia, sociologia e do âmbito educativo. Por outra parte, também se pode afirmar que o programa liderado por Weinstein abordou temas relativos à educação sexual, ao machismo, à relação dos casais, o uso de álcool e drogas, e problemas relativos às fases críticas do desenvolvimento (Asún, 2005).

A incorporação das comunidades como um ator relevante para estes programas de saúde mental não foi um fato isolado. Refletia as incipientes críticas às tradicionais formas de intervenção em saúde e educação, caracterizadas pela verticalidade e hierarquia entre os usuários e os profissionais expertos. Estas críticas também alcançaram as universidades, permitindo que as propostas de vincular os saberes e as ciências aos problemas sociais concretos do país, se plasmassem na reforma universitária iniciada em 1967 e dramaticamente interrompida em 1973.

No âmbito educativo, é inquestionável a relevância das propostas da Educação Popular, assim como os trabalhos com as comunidades de base liderados por sacerdotes sensíveis aos princípios da Teologia da Libertação. Neste sentido, os programas de psiquiatria implementados nos anos 60 são expressivos de um conjunto de ideias, sensibilidades e projetos de centro-esquerda que

procuravam superar as condições de subdesenvolvimento do país. Para isto, era crucial incentivar e fortalecer a participação popular nas decisões e gestões que lhes afetavam. Finalmente, os conceitos de transformação social e emancipação dos povos estavam no centro das convicções políticas de esquerda neste momento histórico. Serão estas ideias e conceitos as que se converterão nos princípios metodológicos –participação das comunidades nas intervenções - e ético-políticos –metas das intervenções serão a transformação social e a emancipação das comunidades – da PSC latino-americana.

Considerando o objeto da intervenção –a saúde mental-, os princípios normativos orientadores das ações –a transformação social-, assim como a metodologia utilizada –a participação da comunidade nos processos de cura e prevenção-, a historiografia predominante no Chile atribuiu a estes dois programas de saúde mental o ponto de origem ou fundação da PSC chilena (Asún, 2005). Desta forma, para aqueles autores que defendem esta versão da história da PSC chilena, esta última nasceu intimamente ligada a projetos políticos de esquerda, constituindo-se como uma proposta teórico-metodológica cuja identidade é única dentro do campo da PSC. Sua peculiaridade consistiria em fazer convergir aspectos da PSC estadunidense e da PSC latino-americana. A primeira, ligada às reformas norte-americanas dos sistemas de saúde, deu início naquele país às abordagens comunitárias dos problemas de saúde mental, enquanto a segunda se identificou com as diversas intervenções sociais nas comunidades cujo objetivo era a transformação social para a emancipação dos povos (Montero, 2011).

Entretanto, aceitar essa característica como peculiar da identidade da PSC chilena –a combinação de aspectos de duas tradições da PSC- é problemático, na medida em que se questiona se sua origem se encontra, efetivamente, nos programas de Weinstein e Marconi situados no final dos anos 60. O que parece estar acima de qualquer suspeita, é o fato de que ambos programas de psiquiatria social e comunitária estiveram orientados pelos projetos políticos da centro-esquerda latino-americana da época. Ou seja, existem suficientes evidências para afirmar que neles existiu uma interessante combinação de motivos políticos

propriamente latino-americanos, com modelos internacionais de intervenção comunitária em saúde mental.

Portanto, não foi casual que, com o golpe militar de 1973, a psiquiatria social e comunitária e os programas sociais e educativos, orientados pelos princípios ético-políticos de centro-esquerda, fossem interrompidos e desmantelados. E, para a historiografia existente da PSC chilena, este foi o momento a partir do qual se inicia um período em que se paralisa o sentido do desenvolvimento anterior da PSC no Chile. Por motivos óbvios, se obstaculizaram e se impediram as ações e intervenções que buscavam a transformação de situações estruturais de injustiça social e dominação. De acordo com as versões historiográficas existentes, o período ditatorial, então, deu lugar a uma PSC que tinha que adaptar-se às novas condições políticas, sociais e econômicas. E foi nestas novas condições que surgiram novos objetos de estudo e intervenção: os efeitos da modernização em setores mais pobres da sociedade e as consequências psicológicas das ações repressivas do Estado ditatorial.

Assim, os estudos sociológicos da época, financiados por organismos internacionais ou por multinacionais domiciliadas no Chile, revelaram os impactos negativos das reformas neoliberais promovidas pelo governo militar. A partir desses trabalhos, surgiram novos temas e/ou sujeitos sociais: infância, gênero, sexualidade, juventude, violações dos direitos humanos, etc. Mas, ao mesmo tempo, com várias reformas neoliberais já instaladas, os trabalhos das ciências sociais em geral passaram a depender do financiamento de agências internacionais. Assim, as condições de pesquisa e trabalho das ciências sociais se submeteram, cada vez mais, aos processos de negociação de cada projeto apresentado às agências e fontes de financiamento. Inicia-se, portanto, à instalação de um modelo neoliberal também para a produção científica e intelectual das ciências sociais, no qual os padrões de avaliação da pertinência, custo e resultados dos projetos, estabeleceram novos critérios de produtividade e novas lógicas de gestão no campo da pesquisa.

Ao mesmo tempo, liderada pela Igreja Católica, se constituiu uma resistência à ditadura militar que atuava em vários sentidos. Uma das frentes de luta foi registrar

e recompilar as denúncias às violações dos direitos humanos pelo governo militar. A partir das ações empreendidas e promovidas pela Igreja, paulatinamente se tematizava no país a relação entre saúde mental e violação dos direitos humanos. Neste contexto, surgiu um novo campo de intervenção de psicólogo/as comprometido/as com a luta contra a ditadura: a atenção clínica a pessoas vítimas de violação dos direitos humanos. Gestou-se, portanto, um forte vínculo entre as orientações políticas dos profissionais da psicologia, e o desenvolvimento de um tipo de clínica psicológica especialmente voltada à atenção de pessoas afetadas pela violência do Estado repressor.

Por outro lado, também a partir das iniciativas da Igreja Católica, se criaram redes de trabalhos comunitários para apoiar e alcançar alguns benefícios para uma parte significativa da população, negativamente afetada pelas consequências do novo modelo econômico neoliberal e pelas práticas repressoras do Estado. Não obstante, tais redes não consistiam em trabalhos de desenvolvimento comunitário, mas sim de intervenções para enfrentar determinados problemas sociais.

A crise econômica do começo dos anos 80 e seu impacto negativo em grande parte da população deram lugar às manifestações massivas de protesto. Neste contexto, a partir da segunda metade dos anos 80, se visibilizarão, de um modo paulatino e permanente, diagnósticos críticos e propostas de soluções para as evidentes limitações e os negativos efeitos do modelo neoliberal chileno. Um conceito que aglutinou diferentes propostas geradas neste contexto, foi o de *desenvolvimento local*. Eram centrais nestas propostas a participação das comunidades nas intervenções orientadas a resolver problemas sociais, e a recomposição das relações sociais danificadas pela fragmentação provocada pelo modelo neoliberal implementado por uma ditadura militar feroz. Nos trabalhos com as comunidades locais, psicólogo/as participaram como atores envolvidos nas diversas atividades nelas realizadas, mas não está claro em que ocasiões a participação de psicólogo/as ocorria na sua qualidade de profissional da psicologia, que atuava como especialista em temas relativos ao âmbito psicológico.

Por outro lado, também de um modo paulatino, na década de 80 se retomaram iniciativas ligadas à medicina social. Neste sentido, foram criados

programas de educação sexual, de higiene e de outras problemáticas de saúde que implicavam o trabalho direto dos profissionais com as comunidades. De acordo com referências posteriores (Roble & Navarrete, 1989; Morales 1992; Illanes, 1993), nestes programas de saúde o/as psicólogo/as participavam como especialistas em clínica psicológica, e também como profissionais particularmente capazes de levar a cabo processos grupais de reflexão e educação. Porém, em nenhum caso estes profissionais eram denominados psicólogos comunitários nem tampouco existia uma Psicologia Social Comunitária formalmente institucionalizada como subdisciplina ou especialização da psicologia.

O que estava claro era a existência de profissionais da psicologia que elegiam trabalhar com comunidades pobres. Neste sentido, eram profissionais que, a partir de práticas e enfoques teóricos diferentes, compartilhavam uma posição crítica tanto ao regime político como a uma psicologia que desconhecia os fenômenos ligados às situações de pobreza, injustiça social e deterioração das relações sociais. É possível aventurar aqui a hipótese de que a atuação destes profissionais durante a década de 80 marcou o início da psicologia crítica no Chile. Não obstante, para afirmar que se tratava de uma PSC chilena emergente, se requer mais e melhores pesquisas historiográficas sobre este período.

As décadas seguintes, com o retorno da democracia e os primeiros governos da alianza de partidos criada em 1988, a *Concertación de Partidos por la Democracia*, representaram, sem dúvida alguma, o período histórico de surgimento institucional da PSC chilena. Para estas décadas, existem evidências do processo de emergência da PSC no Chile no interior de um campo mais vasto de pesquisa e intervenção: o campo psicossocial. Dentro deste, destacam-se como evidências da emergência e institucionalização da PSC chilena: a criação de cursos de PSC ditados na graduação e de programas de pós-graduação em PSC, a publicação de textos sobre a história da PSC chilena, o aparecimento de uma identidade profissional que se auto-reconhecia como psicólogo/a comunitário, a incorporação de psicólogo/as em equipes de trabalho dos programas sociais financiados pelo Estado, e a realização de encontros acadêmicos sobre a PSC.

A volta à democracia não significou, porém, a transformação do modelo económico herdado da ditadura militar. Em muitos sentidos ocorreu o contrário, ou seja, uma intensificação de certos aspectos do mesmo modelo ou da mesma fórmula de modernização do país. Ao mesmo tempo, as prioridades dos partidos da *Concertación* eram garantir a estabilidade democrática e impedir um eventual retorno dos militares ao poder. É o chamado período de transição democrática, no qual se buscou estabelecer consensos e evitar disputas e controvérsias que colocassem em risco a unidade política dos partidos de centro-esquerda da alianza governante.

Em todo caso, as estratégias modernizadoras dos governos da *Concertación* incluíram na sua agenda social e política a necessidade de integrar a variável equidade na equação do crescimento económico. Não obstante, durante os anos 90 e inícios do novo século, os governos da *Concertación* entenderam a equidade com um enfoque que defendia a abertura e a inclusão do Chile nos mercados globais como a via para sua modernização e, conseqüentemente, para a diminuição da desigualdade social. Neste projeto de modernização, a inclusão social se transformou em um objetivo central, pois a meta era alcançar uma sociedade moderna e integrada. A modernização do país necessitava da participação de todos, portanto havia que integrar e incluir aqueles setores da população que não participavam dos benefícios do crescimento económico, resultante da abertura dos mercados chilenos. Esta responsabilidade foi assumida pelo Estado democrático.

Neste contexto político –no qual os governos concertacionistas impulsionaram um modelo modernizador que declarava a necessidade de compatibilizar crescimento económico com integração social -apareceram as políticas e programas sociais que permitiram a emergência e consolidação institucional da PSC chilena. Deste modo, a partir dos anos 90, se criaram numerosos programas e centros de intervenção comunitária nos quais se inseriram psicólogo/as enquanto profissionais habilitados para realizar intervenções psicológicas nas comunidades. Estes programas eram financiados pelos Ministérios, os Governos Municipais e os Centros Públicos de Saúde, e também por diferentes ONGs, fundações e instituições eclesíásticas (Krause, 1997). Somente

na cidade de Santiago, entre 1994 e 1995, existiam 94 programas e centros nos quais se realizavam intervenções psicológico-comunitárias, entendendo-se por psicológico a ação declarada de melhorar ou bem-estar psicológico das pessoas (Krause, 1997). Como se pode observar, nos programas e centros dos anos 90, onde se realizavam intervenções comunitárias, a dimensão psicológica aparece tematizada, ainda que fosse com um termo tão amplo como o de bem-estar psicológico.

Não obstante, para o/as autore/as que defendem uma história mais longa para a PSC chilena, cujos inícios se situam na década de 60, os anos 90 serão o início do período de crise. Ou seja, o começo de um tempo no qual os princípios teóricos, metodológicos e ético-políticos da PSC chilena se desvirtuam, inaugurando uma crise que parece perdurar até os dias atuais.

Dois desafios metodológicos para as versões historiográficas predominantes da PSC chilena: a construção do objeto e o trabalho com fontes primárias

Por que situar a origem da PSC chilena nos programas de saúde mental liderados pelos psiquiatras Luis Weinstein e Juan Marconi? Estes programas contemplavam em seus fundamentos conceituais e em suas propostas metodológicas, algum elemento disciplinar oriundo da psicologia ou da psicologia social? Existiam psicólogo/as trabalhando nestes programas? E, se assim ocorreu, qual era seu estatuto? Eram reconhecidos por sua especialização profissional em temas psicológicos, que lhes conferia alguma autoridade como especialistas? Ou participaram mais como militantes políticos que como psicólogo/as profissionais? Responder a estas questões é imprescindível para uma história da PSC chilena que não tenha medo de problematizar os relatos historiográficos já estabelecidos. Uma problematização deste tipo deveria, pelo menos, contrastar as versões que situam os anos 60 como o momento de origem da PSC chilena.

Entretanto, para sustentar aquele conjunto de perguntas e orientar a busca de respostas, um trabalho historiográfico rigoroso deve explicitar, como mínimo, o enfoque teórico com o qual vai operar. Esta definição teórica é importante para a

construção do seu objeto de pesquisa histórica, já que a PSC não é um fenômeno natural. Neste sentido, é central esclarecer, em cada caso, o que se entenderá por PSC: uma disciplina, uma atividade profissional, um conjunto de ideias etc. Ao mesmo tempo, as construções do objeto não são arbitrárias e devem estar justificadas. Dito em outros termos, para afirmar a existência de um objeto –a PSC –nos primeiros programas comunitários de psiquiatria social, se requer aclarar e justificar o que se está considerando como PSC e porque esta seria uma definição pertinente e válida para a pesquisa histórica de um saber como a psicologia.

Um breve exercício, utilizando o enfoque historiográfico da sociologia do conhecimento, permite entender melhor esta exigência de explicitar definições e posições epistemológicas relativas ao objeto, neste caso, a PSC chilena. A partir do enfoque sociológico crítico, pode-se considerar a institucionalização e o reconhecimento social da PSC chilena como os acontecimentos históricos que marcaram o seu nascimento. Para isto, haveria também que mostrar, com evidências, que tal processo de institucionalização e reconhecimento social correspondeu à emergência de certos problemas na disciplina psicológica que estavam relacionados, de algum modo, com determinadas problemáticas sociais (Danziger, 1990). Desta forma, para este enfoque teórico crítico, considerar os inícios da PSC chilena nos anos 60 corresponderia a um mito de origem que permitiu, nos anos 90, construir e legitimar uma identidade própria para uma emergente PSC autónoma.

Esta dificuldade teórico-epistemológica –construir com clareza um objeto de pesquisa histórica, neste caso, a PSC chilena –se nota, por exemplo, quando são aplicados termos pouco precisos para referir-se à PSC chilena. É o que se observa com o emprego da noção de *intervenção psicológico-comunitária* como a prática por excelência da PSC (Krause, 1997). É inegável a existência de práticas de intervenção comunitária no Chile dos anos 60, como as que se realizaram nos programas de psiquiatria social de Marconi e de Weinstein. Porém, na medida em que não se conceitualiza devidamente o *psicológico* da intervenção comunitária, o problema persiste. Portanto, se justifica chamar *intervenção psicológico-comunitária* às ações empreendidas nas comunidades por diferentes profissionais durante os

anos 60, 70 e 80? Qual seria o componente propriamente psicológico destas intervenções? Para responder a estas questões, haveria que resistir ao presentismo evitando a tentação de nomear, como conceitos psicológicos, aquelas noções do senso comum utilizadas, em cada época, para referir-se às experiências subjetivas.

Conseqüentemente, uma indagação rigorosa sobre a origem e a historia da PSC chilena, requer a utilização de enfoques teóricos e metodológicos mais sofisticados e especializados que os até agora empregados para a reconstrução do passado e da trajetória da PSC chilena (Macchioli, García, Benítez, Briolotti, Cardaci & Molinari, 2017). Neste sentido, também são imprescindíveis a busca e a análise de novas fontes de informação, já que os relatos que estabelecem a origem da PSC chilena nos anos 60, empregam evidências insuficientemente fundadas em fontes primárias.

Reconhecendo este aspecto problemático da historiografia da PSC chilena, Norabuena (2016) analisou as fontes primárias disponíveis sobre o programa liderado por Marconi. Em *La psiquiatría intracomunitaria, la psicología y el contexto local en su desarrollo, 1968 – 1973: trazos para una historia de la psicología comunitaria en Chile*, o autor resgata vários documentos científicos e acadêmicos originais do programa de Marconi. Norabuena revisou um número significativo de documentos escritos pelo próprio Marconi, em diferentes momentos do processo de implementação e desenvolvimento do seu programa entre 1968 e 1973. A partir da interpretação destes documentos e outros relativos ao mesmo programa, o autor não encontrou evidência suficiente que permita afirmar a participação da psicologia e/ou de psicólogo/as neste programa de saúde mental.

Em todo caso, o estudo de Norabuena fornece dados relevantes que contribuem para visibilizar a presença de psicólogo/as no programa de psiquiatria intracomunitária dirigido por Marconi. Nos documentos revisados, foram encontrados: uma citação a uma tese de psicologia de María Teresa Dobert, Sonia Jara, Alfonso Mazzarelli e Edmundo Vado; evidências da incorporação das psicólogas Susana Ifland e Gabriela Daniels aos grupos de trabalho do programa de neurose e estimulação precoce, e da participação da psicóloga Heliette Saint-Jean na formação de estudantes em saúde mental e em técnicas metodológicas de

pesquisa (Norabuena, 2016. Winkler, 2007). Apesar de fornecer estas informações, baseadas agora na análise de fontes primárias, as conclusões do autor não são alentadoras para justificar os anos 60 como o momento de origem da PSC chilena:

Con seguridad, entonces, es posible afirmar que se produjo una relación entre el programa intracomunitario y psicólogos y psicólogas, entre 1968 y 1973. Sabemos menos, en cambio, acerca de las características de ese encuentro. Por lo pronto, (...) se concluye que la vinculación se produce, conceptualmente, a partir de la psicología social más clásica, con énfasis en el trabajo sobre actitudes y conductas. El lugar de psicólogos y psicólogas allí, ¿en qué momento se transforma o deriva en psicología comunitaria? [...] Si hubo relación entre el programa intracomunitario y la psicología, ¿cómo fue en la psicología (por los psicólogos y psicólogas, por la academia y sus instituciones)? ¿Cómo se difundió el programa y como llegó a las aulas de la escuela de psicología en la Universidad de Chile? ¿Cuál fue la participación y posible influencia de la psicología en el programa? (Norabuena, 2016, 255-256).

São indiscutíveis as influências que, na PSC chilena dos anos 90, exerceram os valores, conceitos e propostas da psiquiatria social e da educação popular, da PSC latino-americana e das perspectivas críticas da Psicologia Social. Porém, este campo de influências não permite afirmar que a origem da PSC chilena -esta PSC que se constitui de fato como uma sub-disciplina e uma especialização profissional autônoma nos anos 90 -, se situa no final da década de 1960.

São compreensíveis os motivos que podem haver impulsionado a psicólogo/as dos anos 90 a atribuir a origem a PSC chilena a um período histórico identificado com um projeto de mundo violentamente interrompido em 1973. Tratava-se de uma visão de mundo cujos ideais de transformação e justiça social foram severamente reprimidos na ditadura militar, e que continuam sendo reiteradamente hostilizados pelos atuais modelos neoliberais. Neste sentido, não há dúvida que legitimar-se

continua sendo um desafio permanente da crítica. Porém, esta tarefa não é exclusiva da PSC mas, sim, de todas as ciências sociais comprometidas com a transformação e a justiça social. Esta é uma crise, portanto, compartilhada.

Porém, nem tudo são más notícias. A volta da democracia, a ampliação do sistema universitário a partir de 1980, o aumento do número de acadêmicos com doutorado e das pesquisas em psicologia e em campos afins, o desenvolvimento das áreas de pesquisa e intervenção psicossociais, a revitalização teórica de outros campos disciplinares comprometidos com a intervenção social, como é o caso do serviço social, todos estes elementos indicam que a crítica não está em retirada, ao contrário, se expandiu para outros âmbitos da psicologia chilena em seus diálogos interdisciplinares. À diferença dos anos 90, nos quais uma psicologia de direção mais crítico era incipiente, hoje a crítica está presente em diversas propostas da psicologia chilena: nas intervenções e pesquisas clínicas inovadoras, nas reconstruções teóricas e históricas que desnaturalizam as categorias e conceitos psicológicos, nos trabalhos de psicólogo/as socio-comunitarios que alcançam graus de autonomia suficientes para implementar pequenas transformações nas comunidades, etc.

Em suma, apesar das dificuldades e resistências, hoje a crítica está claramente viva em diversas produções e intervenções da psicologia chilena. Sem dúvida, é uma crítica que se enfrenta a novos desafios, incluindo o de encontrar modos de enfrentar-se a um capitalismo que se apropria da crítica como combustível para a acumulação do capital (Boltanski & Chiapelli, 2002). Por esta razão, uma crítica hoje necessita travestir-se para atuar, como tão lucidamente propõe Teresa Matus:

[...] si el capitalismo captura a la crítica y la transforma en su propio rostro, la crítica tiene que asumir travestidamente los rostros del capitalismo para poder impactarlo sorpresivamente, indirectamente, explosivamente. Sin embargo, ello exige renunciar a la constatación abierta de la crítica, a mostrar todos sus caminos, a ser reconocida públicamente, a pavonearse como crítica. Asimismo, ese giro reclama

de una nueva lógica, de una crítica que conozca sus límites y que sepa llegar hasta ellos, mirar su propio abismo y configurarse desde él. (Matus, 2017, 98-99).

Para finalizar, cabe notar que, a pesar da expansão do pensamento crítico no interior da disciplina, não existem relatos historiográficos que reconstruam, explicitamente, as expressões da crítica no passado da psicologia chilena. Neste sentido, as atuais versões da história da PSC são uma valiosa contribuição, constituindo-se em fontes de informações relevantes para quem assume o desafio de pesquisar as trajetórias da crítica, no transcurso histórico da psicologia no Chile. Esta é uma historia ainda pendente que merece, sem dúvida, ser contada.

Referências:

Alfaro, J. (2007). Políticas sociales como condición de posibilidad para el desarrollo de prácticas em Psicología Comunitaria. Em J. Alfaro & H. Berroeta (Eds.). *Trayectoria de la Psicología Comunitaria en Chile: Prácticas y conceptos* (pp. 43-72). Valparaíso: Universidad de Valparaíso.

Alfaro, J. & Zambrano, A. (2009). Psicología Comunitaria y políticas sociales em Chile. *Psicología & Sociedade*, 21(2), 275-282.

Asún, M. (2005).

Asún, M. (2005). *Para leer la Psicología Comunitaria: Contextualización histórica em Santiago de Chile*. Tesis de licenciatura. Universidad Diego Portales. Recuperado de <http://www.comunitarios.cl> em 22 de agosto de 2017.

Asún, D. & Unger, J. (2007). Una visión regional de la institucionalización de la Psicología (social) Comunitaria em Chile. Em A. Zambrano, G. Rozas, I. Magaña, D. Asún & R. Pérez-Luco (Eds.). *Psicología Comunitaria en Chile* (pp. 213-226). Santiago de Chile: Ril editores.

Berroeta, H. (2014). El quehacer de la Psicología Comunitaria: Coordinadas para una cartografía. *Psicoperspectivas*, 14(2), 19-31. Recuperado de <http://www.psicoperspectivas.cl> doi:10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL13-ISSUE1-FULLTEXT-352

Boltanski, L. & Chiapelli, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri: Akal.

Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological*

- research. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Illanes, M. (1993). *En el nombre del pueblo, del estado y de la ciencia: Historia social de la salud pública*. Santiago de Chile: Colectivo de Atención Primaria.
- Krause, M. (1997). *La institucionalización de la intervención comunitaria en Chile: Características y contradicciones*. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Krause, M. & Jaramillo, A. (1998). *Intervenciones Psicológico-Comunitarias em Santiago de Chile*. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Lechner, N. (1992). La búsqueda de la comunidad perdida: Los retos de la democracia en América Latina. *Sociológica*, 7(19), 1 – 14.
- Macchioli, F., García, L., Benítez, S., Briolotti, A., Cardaci, G. & Molinari, V. (2017). *Itinerarios de la psicología: circulación de saberes y prácticas en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Niño y Dávila editores.
- Matus, T. (2017). Una crítica travestida para enfrentar al capital. Em P. Vidal (coord.). *Las caras del trabajo social em el mundo: Per(e)sistencias bajo el capitalismo tardío* (pp. 95 -118). Santiago de Chile: Ril editores
- Montero, M. (2011). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós
- Morales, G. (1992). Tipologías de intervención comunitaria desarrolladas en Chile en la década del 80 y estrategias en la actualidad. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9 (4).
- Norabuena, P. (2016). La psiquiatría intracomunitaria, la psicología y el contexto local en su desarrollo, 1968 – 1973. Trazos para una historia de la psicología comunitaria en Chile. Em: R. Mardones (Ed.). *Historia local de la psicología: discusiones teóricas, metodológicas y experiéncias de investigación* (pp. 239-264). Santiago, Chile: Universidad Santo Tomás.
- Olivares, B., Reyes, M. I., Berroeta, H. & Winkler, M. I. (2016). La Formación Universitaria en la Psicología Comunitaria Chilena de Hoy: ¿Un Lugar Subalterno? *Psykhé*, 25(2), 1-12. Doi: 10.7764/psykhe.25.2.868
- Piper, I. (2007). Notas de una disidencia. *Praxis*, 11, 77 – 99.
- Roble & Navarrete, (1989) *Pasado: Victoria del presente*. Grupo salud poblacional Manuel Paiva. Santiago de Chile: Talleres Vicaría Zona Oeste
- Salas, G. & Lizama, E. (2013). *Historia de la psicología en Chile: 1889-1981* (2a ed.). La Serena: Editorial Universidad de La Serena.

Wiesenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en América Latina: ¿Consolidación o crisis? *Psicoperspectivas*, 13(2), 6-18. Recuperado de <http://www.psicoperspectivas.cl> doi:10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL13-ISSUE2-FULLTEXT-357

Winkler, M. I. (2007). *Pioneras sin monumentos: Mujeres en psicología*. Santiago de Chile: LOM.